

Natureza e Cultura em colapso – Relações entre negacionismos e extinções

Déborah Crysttina Pereira da Silva

Orientador: Felipe Sússekind

Pontifícia Universidade Católica do - Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Este estudo propõe uma análise conjunta de genocídio, etnocídio e ecocídio, destacando que esses processos coloniais produzem o extermínio de coletividades, ecossistemas e modos de vida, e são promovidos por uma necropolítica que usa de dispositivos e estratégias complexas, como o negacionismo. O artigo examina como essas dinâmicas representam práticas opressivas anti-ambientais, tendo o Brasil como estudo de caso.

Palavras-chave: Negacionismo. Necropolítica. Genocídio. Etnocídio. Ecocídio.

Introdução

Genocídio, etnocídio e ecocídio são expressões políticas e produtos históricos do colonialismo que levam a um mesmo resultado: desaparecimento de grupos étnicos, populações marginalizadas, ecossistemas e biodiversidade no geral.

O objetivo do artigo é consubstanciar a indissociabilidade entre os conceitos e efeitos desses processos que, desde a expansão europeia no século XVI, sustentam e reproduzem as relações de produção e acumulação capitalistas. Aproveito do neologismo Ecogenoetnocídio de Santiago Arboleda-Quíñonez (2018, p. 13) que:

[...] tiene el objetivo de integrar para la reflexión, fenómenos de destrucción, extinción de la vida y la cultura. Agresión, despojo histórico y violación permanentey sistemática de derechos humanos que usualmente se han presentado por separado en el discurso gubernamental, de las ciencias sociales y humanas, en el campo del derecho y de los organismos multilaterales de ayuda humanitaria. Integrar el ecocidio, el genocidio y el etnocidio para comprenderlos en conjunto como un complejo patrón integral colonial, que se desenvuelve simultáneamente en estas múltiples esferas de la vida, resulta en esta ruta de investigación, una necesidad heurística de reconstrucción holística.

E proponho o estudo conjunto das três categorias a fim de propor também que os dispositivos por trás delas formam uma só necropolítica. E o dispositivo aqui escolhido para exemplificar essa hipótese são as várias formas de negacionismos em discursos políticos.

¹ Foucault define dispositivo como uma rede que se pode estabelecer entre um conjunto heterogêneo de elementos, podendo englobar “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 2002, p. 246). Esses fenômenos reticulares são fundamentalmente “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”.

O artigo se divide em três capítulos: o primeiro tem o objetivo de conceituar as categorias principais do problema a partir da Antropologia e da Ciência Política; o segundo propõe a conversa entre negacionismo e agendas neoliberais, e remonta a posição da necropolítica como pedra angular dos extermínios; o terceiro e último aborda o Brasil enquanto cenário do desaparecimento de povos indígenas e ecossistemas, principalmente a partir de megaempreendimentos “desenvolvimentistas” e desmanche da proteção ambiental.

O estudo utiliza uma abordagem interdisciplinar, combinando revisão bibliográfica e análise crítica de discursos políticos e diplomas legislativos contemporâneos. Empregam-se métodos de análise qualitativa para examinar documentos, manifestações e políticas institucionais que evidenciam a perpetuação de negacionismos, a deslegitimação de alteridades e os desmontes ambientais.

Genocídio, Etnocídio, Ecocídio - Produtos da empresa colonial

As várias formas de extermínio de seres (humanos ou não) representam o apagamento das redes, culturas e ecossistemas com os quais eles se relacionam, e se conectam pelo ideal da hierarquia entre grupos, classes e etnias, além do domínio da natureza por parte de alguns desses conjuntos. Essa hierarquia, enraizada na desigualdade capitalista e na força do colonizador sobre o colonizado, há séculos marginaliza coletivos e esgota recursos naturais.

Embora historicamente resistida, essa opressão não inclui apenas força física, mas também mudanças ideológicas e táticas psicológicas que alienam os indivíduos, colocando a atividade econômica acima do bem-estar coletivo, inclusive acima das condições de habitabilidade do planeta. Falar em genocídio, etnocídio e ecocídio é falar de um mesmo ponto de partida e um mesmo local de chegada, já que cada um parece legitimar/provocar o outro e são frutos da mesma dominação.

Minha abordagem consiste no estudo das três nomenclaturas de forma conjunta, e por isso mostra-se indispensável uma breve digressão em relação ao colonialismo europeu, pois a violência nele originada foi fundamental para moldar as relações entre colonizadores, os povos colonizados e o meio ambiente.

Aimé Cesáire (2020) mostra como, embora a história da colonização das Américas esteja repleta de exemplos de barbárie e massacres, foi somente quando esses mesmos métodos foram usados na Europa que surgiu a necessidade de classificá-los como genocídio.

Os extermínios sempre estiveram intrinsecamente ligados à expansão imperialista europeia. Além das vastas perdas de vidas, o deslocamento forçado, a remoção de populações e a apropriação de territórios foram essenciais para a formação dos Estados-nação que atualmente existem em terras anteriormente ocupadas por povos indígenas. Mas, como explica Felipe Sotto Maior Cruz (2021), os elementos culturais que permitiram o modelo expansionista europeu – a exemplo do colonialismo – derivaram de uma mentalidade cultural pré-existente², marcada por um etnocentrismo exacerbado, uma forte inclinação expansionista e uma tendência a eliminar qualquer forma de diferença.

Este é o contexto a partir do qual a busca pelos conceitos centrais deste estudo se torna possível: o que surgiu desse processo histórico foi uma forma de habitar colonial. Malcom Ferdinand (2022) oferece uma visão particular da existência de determinados humanos na Terra – os

² O ethos ocidental permitiu o colonialismo, ao criar classificações hierárquicas dos povos, e sustentar o suposto domínio de alguns homens sobre o “natural” (Cruz, 2021).

colonizadores – e suas interações com outros humanos – os colonizados –, assim como suas relações com a natureza e os seres não humanos. Este estilo de vida se baseia em princípios e fundamentos que remontam à colonização e continuam presentes nas sociedades neoliberais atuais, caracterizadas pela subordinação, exploração e eliminação do "outro", conduzindo a apropriações violentas de terras, corpos e recursos, e resultando em massacres e destruição ambiental.

Pierre Clastres (1982), sobre o conceito jurídico de genocídio, esclarece que se refere inicialmente à primeira manifestação legalmente registrada desse crime: o extermínio sistemático dos judeus europeus pelos nazistas alemães. Este crime de genocídio está profundamente enraizado no racismo. Ainda para o autor, as guerras coloniais que ocorreram no Terceiro Mundo desde 1945 e o genocídio sofrido pelos indígenas americanos são os exemplos mais notórios, mas desde o descobrimento da América em 1492, uma máquina de destruição dos povos tradicionais foi acionada (Clastres, 1982).

Clastres já destacava na época de sua escrita que esta máquina continuava em operação, especialmente nas áreas onde ainda existem as últimas tribos "selvagens" na vasta floresta amazônica, com diversos massacres de indígenas relatados no Brasil, na Colômbia e no Paraguai, frequentemente sem consequências significativas.

Isso nos leva ao etnocídio em si, que ao contrário da ligação com o extermínio racial físico, representa o extermínio dos modos de vida e do pensamento de um grupo que se mostra diferente.³ Clastres assevera que genocídio e etnocídio têm a mesma visão sobre o Outro, que é “a diferença, certamente, mas é sobretudo a má diferença. Essas duas atitudes distinguem-se quanto à natureza do tratamento reservado à diferença” (Clastres, 1982, p. 83). O genocida mata aquilo que é mau, enquanto o etnocida quer melhorá-lo, obrigando-o a se integrar àquilo que pode representar o seu desaparecimento.

A primeira face do etnocídio é justamente a hierarquia entre culturas, mencionada acima, mas Clastres (1982) vai além ao afirmar que a segunda dimensão é a superioridade absoluta da cultura ocidental⁴, e em maior ou menor grau, das diferenças socioculturais, profundamente enraizada na natureza e no funcionamento do aparato estatal. A máquina, ao uniformizar suas relações com os indivíduos, reconhece apenas cidadãos iguais perante a lei, e legitima sua imposição (Clastres, 1982, p. 90):

A violência etnocida, como negação da diferença, pertence claramente à essência do Estado, tanto nos impérios bárbaros quanto nas sociedades civilizadas do Ocidente: toda organização estatal é etnocida, o etnocídio é o modo normal de existência do Estado. Há, portanto, uma certa universalidade do etnocídio, no sentido de ser característico não apenas de um vago "mundo branco" indeterminado, mas de todo um conjunto de sociedades que são as sociedades com Estado.

E o que torna o Ocidente etnocida é justamente o sistema de produção econômica que opera em um espaço de ilimitada expansão, criando um espaço infinito de avanço contínuo (Clastres, 1982).

³ “Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito”. (Clastres, 1982, p. 83).

⁴ “Se toda cultura é etnocêntrica, somente a ocidental é etnocida. Segue-se, portanto, que a prática etnocida não se articula necessariamente com a convicção etnocêntrica. [...] O que faz que a civilização ocidental seja etnocida? Tal é a verdadeira questão.” (Clastres, 1982, p. 86).

Então, tudo é aproveitável e digno de ser explorado – desde os mares, as florestas e os territórios, até a liberdade dos povos que neles habitam – ainda que isso signifique a guerra.

Assim emerge a questão do ecocídio: o marco simbólico de origem das armas ecológicas foi a Guerra do Vietnã, quando as ações ilícitas com o uso do “Agente Laranja” provocaram a destruição maciça e generalizada da vegetação (Kowalska 2023). Ao longo dos anos, tratados internacionais foram criados para proibir ações prejudiciais ao meio ambiente. Contudo, esses tratados frequentemente abordavam apenas elementos específicos da natureza, contextos situacionais (como em conflitos armados) ou a proibição de certas táticas ou tipos de armas.

David Zieler (2011) argumentou que o termo se expandiu além de sua concepção original, que se concentrava exclusivamente nos danos ambientais resultantes de conflitos bélicos. Ele começou a ser utilizado para criticar a destruição das florestas tropicais no Equador, a aquisição e subsequente devastação de uma ilha no Pacífico por corporações, a crise da dívida neoliberal em países em desenvolvimento, a preocupante tendência de extinção acelerada de espécies nas últimas décadas e os impactos ambientais devastadores de uma economia totalitária de comando.

A Floresta (e) o Mundo, então, são atacados quando falamos nessas três expressões políticas. No último capítulo, a correlação entre ecogenocídio será abordado a partir do caso brasileiro. Déborah Danowski (2023, p. 6) considerou que a proximidade entre esses processos ficou evidente quando “veio à tona o genocídio/ecocídio dos Yanomami, fomentado pelo governo passado, embora não seja a primeira vez que isso acontece na terra e ao povo Yanomami”.

Negacionismo, Neoliberalismo, Necropolítica

A análise proposta por este estudo, no que tange à extinção de povos e da biota enquanto consequências coloniais, depende também da análise de discursos e agendas institucionais que fazem de aparatos - como o negacionismo - vetores de perpetuação da necropolítica.

Falar de negacionismo no Brasil nos últimos anos não é tarefa inédita, principalmente depois do governo de Jair Bolsonaro (2018-2022). Para Pires-Oliveira (2022), o obscurantismo se manifestou através da promoção de práticas discursivas ligadas a diversas formas de negação da ciência, particularmente evidente na gestão desastrosa da pandemia de Covid-19, na qual o governo central adotou e incentivou posturas anticientíficas e pseudocientíficas.

O mesmo se aplica para a questão ambiental e mudanças climáticas, nas quais o negacionismo (i) afeta a maneira como a sociedade percebe os avanços científicos na área da Climatologia; (ii) influencia as políticas públicas destinadas a mitigar os efeitos adversos dessas mudanças; e (iii) influencia também aquelas que autorizam a exploração desenfreada de recursos naturais. A negação científica se estende a outros campos ambientais, como a negação da crueldade animal na agropecuária intensiva e em práticas da indústria do entretenimento, como os rodeios (Danowski, 2018).

Em outra perspectiva não muito distante, o negacionismo aproveitou da crise humanitária Yanomami⁵, politizada por influenciadores, jornalistas e congressistas que questionavam as imagens de indígenas desnutridos, desmantelando a relação entre o garimpo e a fome, alegando que a (i) a natureza fornecia recursos suficientes; (ii) os Yanomami são responsáveis pela mineração ilegal e

⁵ Como a desinformação digital desumanizou a crise humanitária Yanomami (InfoAmazonia, 2023).

muitos indígenas participavam do garimpo; (iii) a atenção à crise visava prejudicar Jair Bolsonaro ao instrumentalizar a miséria.

Para Bolaño e Zanghelini (2022), toda essa conjuntura significa a soma de “negacionismo científico, autoritarismo e discurso neoliberal”. O negacionismo em sentido histórico, como explica Cruz (2021), está ligado a uma série de argumentos que começaram a surgir na década de 1950 por grupos que se autodenominam revisionistas. Esses grupos buscavam desafiar e refutar as evidências sobre o Holocausto, com o objetivo de negar sua ocorrência.

Negacionistas utilizavam dados sem base e pseudociência para contestar a narrativa histórica aceita, tanto em contextos acadêmicos quanto políticos, sobre a existência de uma política de extermínio contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Alguns tentaram minimizar a gravidade dos eventos, enquanto outros negaram completamente que eles tenham ocorrido, questionando a seriedade das análises históricas que se baseiam em uma grande quantidade de documentos, registros, plantas de campos de concentração e câmaras de gás, assim como nos testemunhos de vítimas e sobreviventes.

No caso do genocídio indígena, o autor esclarece que há duas principais formas de negacionismo (Cruz, 2021): primeiramente, existem argumentos que negam o passado violento e a natureza brutal da formação do país. Esses argumentos se baseiam em narrativas que tentam apresentar uma visão conciliatória das relações complexas entre os povos indígenas e a sociedade dominante. Em segundo lugar, há a negação do impacto destrutivo do colonialismo, minimizando suas consequências devastadoras.

Já no que diz respeito ao âmbito climático, como explica Francisco Hernández (2018), o negacionismo dissemina mensagens variadas para questionar a realidade do aquecimento global, sua interpretação ou suas consequências. Essas mensagens incluem alegações como “não está acontecendo”, “não foi comprovado”, “é causado por fatores naturais”, “não é perigoso” ou “devemos nos preocupar com problemas mais urgentes”. No entanto, o impacto social do negacionismo climático não se deve à validade científica ou à coerência de suas mensagens, mas sim às suas eficazes estratégias de comunicação, como a “semeadura de dúvidas” ou a criação de expectativas irreais sobre a solução do problema.

Os negacionismos organizados procuram reforçar e expandir essas respostas de negação usando uma variedade de práticas comunicativas. Nos últimos anos, ficou claro que a negação não é resultado de falta de informação ou de deficiência na cultura científica, e sim um dispositivo ou prática discursiva, por vezes institucional, que pode ser “activa (rechazo explícito de las interpretaciones de consenso establecidas desde la ciencia) o pasiva (evitar la información sobre el tema, mirar para otro lado)” (Hernandez, 2018, p. 119).

O objetivo deste tópico é justamente trabalhar os negacionismos enquanto dispositivos de uma política como aquela proposta por Mbembe (2018), uma vez que influenciam nos processos de gestão sobre determinados grupos e sobre a Terra e buscam, estruturalmente, violentá-los, através de precarizações contínuas e cotidianas de tudo aquilo que não beneficia o neoliberalismo.

Essa argumentação não é inédita. Pires-Oliveira (2022), Bolaño e Zanghelini (2022) elaboram como o negacionismo é uma estratégia discursiva utilizada como artifício político ideológico para legitimar políticas anti-ambientais e anti-alteridade, baseadas na lógica neoliberal. Sendo o neoliberalismo uma fase histórica dominada pelas indústrias tecnológicas e digitais, que se caracteriza

pela rápida conversão do trabalho em dinheiro, atribuindo valor de mercado a praticamente tudo (Mbembe, 2008), a produção sistemática da morte é o modelo de administração ideal para retirar os grupos e recursos que o limitam.

Márcio Seligmann-Silva (2023) também argumenta que o negacionismo é parte da necropolítica e é utilizado para promover o neoliberalismo. Ele afirma que os governos neoliberais radicais buscam através da negação um poder distópico, afetando o passado, presente e futuro. As próprias práticas discursivas de negacionismo transformam a desinformação e a intolerância em mercadoria e políticas de governo (Pires-Oliveira, 2022).

Por isso o termo e seu estudo permanecem em voga, principalmente na dimensão ambiental, tão tomada pela extrema-direita. A negação ao aquecimento global tornou-se a postura comum entre os políticos da direita republicana dos Estados Unidos e, em menor grau e quantidade, é observada em quase todas as vertentes políticas ao redor do mundo (Danowski, 2018).

Mas é preciso captar o acontecimento do negacionismo climático em sua relação com o exercício do poder em momentos em que outras problemáticas de governo emergem. Essas problemáticas são uma mistura de afetos reunidos (Danowski, 2018, p. 20):

[...] loucura, ódio às minorias, indiferença à devastação do meio-ambiente (incluindo aí os animais), desprezo pela cultura (sem falar na contracultura) e pela ciência, desejo de vingança contra o ativismo político e ecológico, **pulsão de morte fascista e mesmo neonazista**. (Grifos nossos).

A interseção entre negacionismo, necropolítica e neoliberalismo revela uma estratégia complexa e coordenada que perpetua a exploração e a opressão sob o manto do desenvolvimento e progresso. Ao desconsiderar avanços científicos e ignorar as necessidades de grupos vulneráveis, esses dispositivos discursivos e institucionais não apenas legitimam políticas anti-ambientais, mas também reforçam estruturas de poder que visam a acumulação primitiva e a exclusão social. A compreensão dessa dinâmica é crucial para enfrentar os desafios contemporâneos de justiça ambiental e social, principalmente no caso brasileiro.

Brasil: agências e discursos de boiada

O tópico final enfoca o Brasil como um cenário de desaparecimento de povos indígenas e ecossistemas, principalmente devido a grandes projetos "desenvolvimentistas" e ao desmonte da proteção ambiental. Negacionismos e outras táticas são usados como ferramentas importantes para manipular ideologicamente a opinião pública, visando legitimar essas ações que desmantelam a proteção à natureza e aos povos tradicionais.

A relação do Estado com os povos originários sempre foi tensa, e até por isso ela pode parecer tão adequada para trabalhar as dimensões práticas do ecogenocídio. Em 1970, a política do governo militar para a Amazônia a via como uma área estratégica para a segurança e o desenvolvimento do país, resultando em inúmeros projetos de colonização e exploração econômica na região. Foram muitas as denúncias internacionais e nacionais de genocídio da população indígena, em conjunto com as construções faraônicas

de estradas e grandes empreendimentos mineradores e madeireiros, que ameaçavam os ecossistemas, os corpos e a preservação das formas tradicionais de existir.⁶

Viveiros de Castro (2015) pondera como nos anos recentes, talvez, as políticas anti-indigenistas não sejam tão descaradas entre os Poderes, ainda que as ofensivas legislativas continuem igualmente etnocidas, e lista uma série de comportamentos ligeiramente mais banalizados:

O assassinato “ocasional” e impune de indivíduos, a perseguição política, a violência e humilhação cotidianas dirigidas contra os membros da minoria étnica visada, o sequestro de crianças para serem adotadas ou educadas fora de seu ambiente cultural original, a propaganda caluniosa, a remoção forçada dos territórios tradicionais, o abandono compulsório dos usos e costumes da coletividade visada como alvo — tudo isso são outras tantas formas de comissão de etnocídio, que, particularmente quando Estados nacionais estão implicados, pode ser muito eficazmente levado a cabo por omissão: incúria, indiferença, apoio oficioso, silenciamento midiático induzido (Viveiros de Castro, 2015, p. 3).

A remoção forçada do território como consequência da omissão estatal pôde ser vista em 2015, com o rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais, que atingiu frontalmente os Krenak com material tóxico cobrindo todo o rio do qual dependiam. Os Krenak já haviam sido vítimas da construção da Usina de Aimorés em 2005, no Rio Doce, que não contou com consulta e consentimento prévio da população, prejudicou todo o meio ambiente da região e, consequentemente, a relação do povo com esse lugar.

Eventos como esses não são isolados ou desconexos, e muito menos caso fortuito. Cruz (2021) explica que, ao considerarmos a história indígena, vemos os acontecimentos como parte de um padrão contínuo de violência, justificado por noções de desenvolvimento e progresso desde os tempos mais remotos. Os Krenak viram da mesma lama que alcançou o São Francisco, e que também foi vista pelos Pataxós Hã-hã-hãe, da aldeia Naô Xohã, que ficaram sem a principal fonte de alimento.⁷

Os exemplos de ecocídio poderiam continuar, como os alagamentos e enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. Mas o foco do estudo é mostrar a relação deles com os extermínios a partir dos discursos institucionais de negacionismo.

É evidente que a política florestal brasileira é historicamente controlada pelo agronegócio e o liberalismo conservador cristão - ambos representados politicamente pelo bolsonarismo⁸ nos últimos anos -, e as manifestações anticientíficas e mercantis têm raízes mais profundas do que um único chefe de governo ou um partido que quer impedir a governamentalização ambiental. Já foi abordado que o negacionismo – principalmente o climático - diz respeito “não só às políticas climáticas e ambientais, mas a um espectro mais amplo e distribuído de exercício do poder da direita conservadora” (Miguel, 2022, p.295).

A manipulação política visa áreas de proteção ambiental, comunidades quilombolas, reservas extrativistas e, especialmente, territórios indígenas. O objetivo é remover a proteção legal dessas terras públicas e de espaços sob regimes tradicionais ou populares, que estão fora do alcance do mercado

⁶ Genocídio indígena e ecocídio no Brasil (ASCENSO; ARAUJO, 2020).

⁷ “Cortaram um pedaço do nosso corpo”, diz cacique sobre Rio Paraopeba (PINHEIRO, Mirelle, 2019).

⁸ Importante ressaltar que esses dispositivos não surgem no Brasil com o bolsonarismo, mas acabam encontrando nesse movimento político um ambiente propício para crescimento e fortalecimento, e por isso muitas são as menções ao período de 2018-2022.

capitalista e da lógica da propriedade privada. A intenção é tornar essas terras "produtivas" e lucrativas para grandes empresários do agronegócio, mineração e especulação imobiliária. Muitos desses empresários estão no Congresso ou pagam intermediários para agir em seu favor.

Os efeitos político-administrativos que essa manipulação gera são importantes. Bolsonaro, por exemplo, no primeiro ano de mandato, promoveu o enfraquecimento estratégico de quatro ministérios responsáveis pela vigilância e monitoramento de áreas florestais e da biodiversidade brasileira (Inocêncio, 2020). Reforçando os efeitos de uma abordagem negacionista, nomeou Teresa Cristina (líder da bancada ruralista) para o Ministério da Agricultura; Damare Alves para a pasta de preservação das populações indígenas; Ricardo Salles como ministro do Meio Ambiente; e Ernesto Araújo como ministro das Relações Exteriores.

Ricardo Salles é agora deputado (PL-SP) e em entrevista recente lamentou que "infelizmente" não conseguiu "passar a boiada" durante seu tempo como ministro do Meio Ambiente, explicando que isso significava “desburocratizar”, tirar entraves importantes da área ambiental⁹. Salles afirmou também que a crise de saúde dos Yanomami é "muito antiga" e aproveitou para repetir uma informação falsa já desmentida, alegando que muitos dos Yanomami são "fugitivos da Venezuela"¹⁰. A referida crise estourou em 2023 e foi mencionada no tópico anterior no contexto de exemplos de negacionismo.

Sonia Guajajara, ministra do Ministério dos Povos Indígenas, considera que o negacionismo sobre o papel dos povos indígenas na conservação ambiental é tão prevalente quanto o negacionismo climático¹¹. Muitos veículos de comunicação locais na Amazônia reproduzem amplamente conteúdos de assessorias de políticos locais e de agências de notícias associadas ao agronegócio predatório, incluindo a representação de ativistas como traficantes ou terroristas¹².

Esses exemplos tentam dar conta do que chamamos de dispositivos negacionistas nesta investigação. Eles são característicos de uma nação autoritária que nega os avanços científicos e formam uma rede de elementos discursivos e não discursivos (Inocêncio, 2020) que ignoram os efeitos da crise ambiental e reproduzem o ódio a grupos étnicos e populações marginalizadas. No contexto brasileiro, os dispositivos negacionistas buscam retomar a acumulação primitiva característica do colonialismo, inserindo o país de forma competitiva e estratégica na economia global como uma potência emergente.

A estratégia reflete no fato de o país possuir uma variedade de leis ambientais descoordenadas, sem metas claras e com resultados incertos. Entre essas leis estão a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Política Nacional de Saneamento, a Política Energética Nacional e a Política Nacional da Biodiversidade. O Observatório do Clima apontou recentemente 25 projetos de lei no Parlamento que são questionáveis, incluindo PLs que eliminam a proteção da

⁹ Em 2023, surgiram boatos de que Salles poderia chefiar a Comissão de Meio Ambiente na Câmara dos Deputados. O Observatório do Clima se pronunciou, listando motivos contrários a nomeação, incluindo o aparelhamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a paralisação do Fundo Amazônia, o menor valor em multas ambientais em duas décadas durante sua gestão, investigação da PF por tráfico de madeira e mais oito crimes, 56 mil quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia e no Cerrado e a invasão, destruição e genocídio na Terra Indígena Yanomami (OLIVEIRA, 2023).

¹⁰ MJSP desmente fake news sobre indígenas Yanomami (Brasil, 2023).

¹¹ “Uma mentira para nós pode ser questão de morte”, diz ministra Sonia Guajajara (D’ANGELO, 2024).

¹² Como o Telegram bolsonarista espalhou desinformação sobre Dom Phillips e Bruno Pereira (FONSECA, 2022).

vegetação nativa, liberam obras de irrigação em áreas de proteção e reduzem a reserva legal na Amazônia¹³, e o polêmico PL nº 2.159/2021, que torna o licenciamento ambiental autodeclaratório.

Esse projeto é totalmente coerente com o tipo de política de morte que vem sendo trabalhada neste estudo. Ele traz a potencial isenção de licenciamento para diversos empreendimentos, o que pode comprometer o controle de impactos ambientais, além de permitir renovações de licença sem fiscalização e isentar bancos de responsabilidade por crimes ambientais. A pressão pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) impulsiona a aprovação do projeto, que é favorecido pelos lobbies do agronegócio e da indústria.

A necropolítica é bem delineada a ponto de o texto mencionar que, para fins de licenciamento, apenas as Terras Indígenas e Quilombolas homologadas e tituladas são consideradas. Atualmente, 32% das Terras Indígenas e 92% dos territórios quilombolas ainda não possuem títulos definitivos, e a questão do Marco Temporal segue longe de ser resolvida¹⁴.

Assim segue a boiada da política liberalizante: o Estado deve deixar de controlar o desmatamento em propriedades privadas, permitir a exploração econômica irrestrita das áreas rurais florestadas, postergar (ou impedir) a demarcação de terras indígenas e quilombolas a fim de liberá-las para mineração, abrir mais estradas, acabar com os grandes rios da Amazônia com hidrelétricas, expandir as commodities que geram lucro para poucos e resultam na exploração e envenenamento de muitos, no trabalho escravo e na condenação de ativistas como terroristas (Danowski, 2018).

Considerações finais

Com o intuito de trabalhar genocídio, etnocídio e ecocídio enquanto processos de extinção que não ocorrem de forma apartada, argumentei que extermínio de um bioma é também o desaparecimento de um homem, da cultura e da vida, e todos podem ser obstáculos para o acúmulo de capital em diferentes momentos e proporções.

Esses processos se reciclam ao longo da história do mundo e se conectam pela hierarquização entre diferentes grupos, classes e etnias, além do domínio da natureza por alguns deles. Essa hierarquia está profundamente enraizada na desigualdade capitalista e na força dos colonizadores sobre os colonizados, e movimenta uma verdadeira necropolítica guiada por táticas e dispositivos que facilitam a morte de tudo o que impede o progresso.

O estudo buscou refletir a profunda interconexão entre negacionismo e neoliberalismo, destacando como esses elementos sustentam práticas opressivas e exploratórias, disfarçadas de desenvolvimento nacional. No contexto brasileiro, especialmente nos últimos anos, essas dinâmicas ficaram evidentes através da adoção de políticas que deslegitimam avanços científicos e ignoram as necessidades dos grupos mais vulneráveis, enquanto promovem a acumulação capitalista.

A análise das políticas ambientais mostra o enfraquecimento de pautas urgentes e a manipulação da opinião pública através da desinformação, revelando uma estratégia que perpetua violência e exploração. A subestimação dos impactos destrutivos do colonialismo e a negação dos efeitos das mudanças climáticas são parte de um esforço mais amplo para manter essas estruturas. Essas práticas afetam diretamente os recursos naturais, os povos indígenas e a vida do/no planeta. Os

¹³ A verdade inconveniente sobre o problema climático no Brasil (Schmidt, 2024).

¹⁴ Marco do Licenciamento que tramita no Senado é a pior proposta em 40 anos, dizem especialistas (PRIZIBISZKI, 2023).

recentes ecocídios e a crise humanitária Yanomami são exemplos de como a combinação de negacionismo e exploração econômica resultou em tragédias socioecológicas.

Referências Bibliográficas

ARBOLEDA-QUINONEZ, Santiago. Rutas para perfilar el ecogenoetnocidio afrocolombiano: hacia una conceptualización desde la justicia histórica. **Nómadas**, Bogotá, n. 50, p. 93-109, June 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75502019000100093&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/07/2024.

ASCENSO, João Gabriel da Silva; ARAUJO, Rayane Barreto de Araújo. Genocídio indígena e ecocídio no Brasil. **Ciência Hoje**. Publicado em: dez. 2020. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/artigo/genocidio-indigena-e-ecocidio-no-brasil/>>. Acesso em: 29/06/2024.

BOLAÑO, César; ZANGHELINI, Fabrício. (2022). A desumanidade neoliberal não tem vacina: o vínculo entre negacionismo e neoliberalismo no governo Bolsonaro. In: **Marx e o Marxismo**, v. 10, n. 19, pp. 169-178. Disponível em: <<https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/492>>. Acesso em: 22/06/2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. MJSP desmente fake news sobre indígenas Yanomami. **GOV.br - Notícias**. Publicado em 27/01/2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-desmente-fake-news-sobreindigenas-yanomami>>. Acesso em: 01/07/2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CLASTRES, Pierre. **Do etnocídio**. In: Arqueologia da violência. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. **Letalidade branca: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio**. Tese doutorado. Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. 2021. Disponível em: <<http://repositoriocovid19.unb.br/repositorio-produtos/letalidade-branca-negacionismoviolenca-anti-indigena-e-as-politicas-de-genocidio/>>. Acesso em: 21/05/2024.

D'ANGELO, Ana. “Uma mentira para nós pode ser questão de morte”, diz ministra Sonia Guajajara. **Desinformante**. Publicado em: 02/05/2024. Disponível em: <<https://desinformante.com.br/mentira-morte-sonia-guajajara/>>. Acesso em: 01/07/2024.

DANOWSKI, Déborah. **Levante de que terra? / ?Which Uprising??**. In: Rivane Neuenschwander ; Mariana Lacerda. (Org.). Reviravolta de Gaia. 1ed. São Paulo: Cobogó/ n-1, 2023, v. 1, p. 164-167. Disponível em: <<https://medium.com/n-1-edi%C3%A7%C3%B5es/levante-de-que-terra-d%C3%A9borah-danowski-82e1a1a52f02#:~:text=Que%20terra%20defenderemos%3F,19%20de%20abril%20de%202023.>>>. Acesso em: 23/05/2024.

DANOWSKI, Deborah. **Negacionismos**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução: Leticia Mei. São Paulo: Editora Ubu. 2022.

FONSECA, Bruno. Como o Telegram bolsonarista espalhou desinformação sobre Dom Phillips e Bruno Pereira. **A Pública**. Publicado em: 24/08/2022. Disponível em:

<<https://apublica.org/sentinel/2022/08/como-o-telegram-bolsonarista-espalhou-desinformacao-sobre-dom-phillips-e-bruno-pereira/>>. Acesso em: 04/07/2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GERAQUE, Eduardo. Como a desinformação digital desumanizou a crise humanitária Yanomami. **InfoAmazonia**. Publicado em 30/03/2023. Disponível em:

<<https://infoamazonia.org/2023/03/30/desinformacao-crise-humanitaria-yanomami/>>. Acesso: 21/06/2024.

HERNÁNDEZ, Francisco Heras. Respuestas ante el negacionismo climático. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, Nº. 140, 2018, pp. 119-130. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6312617>>. Acesso em 18/05/2024.

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. O imaginário político-ambiental brasileiro na dobra do regime colonial capitalístico. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n.47, p. 197 - 226, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/17679>>. Acesso em: 17/06/2024.

KOWALSKA, S. ECOCÍDIO: UMA AMEAÇA AO TECIDO BIOLÓGICO E À SEGURANÇA ECOLÓGICA. **Veredas do Direito**, v. 20, p. e202416, 2023. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/vd/a/8TKxx3NwXgtHFD7LTdkb6rb/>>. Acesso em: 13/06/2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.

Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018.

MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/wCDHY4RdNWSBZC5m6Q7fpBx/?format=pdf>>. Acesso em: 08/06/2024.

OLIVEIRA, Caroline. Salles afirma que "infelizmente" não conseguiu "passar a boiada". **Brasil de Fato**. Publicado em: 09/02/2023. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/09/salles-afirma-que-infelizmente-naoconseguiu-passar-a-boiada>>. Acesso em: 02/07/2024.

PINHEIRO, Mirelle. “Cortaram um pedaço do nosso corpo”, diz cacique sobre Rio Paraopeba.

Metrópoles. Publicado em: 30/01/2019. Disponível em:

<<https://www.metropoles.com/brasil/cortaram-um-pedaco-do-nosso-corpo-diz-caciquesobre-rio-paraopeba>>. Acesso em: 01/07/2024.

PIRES-OLIVEIRA, Thiago. Crítica do papel do estado na difusão do negacionismo climático: a medida provisória 1136/2022 e a economia política da ignorância. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Políticos**, Vol.13| N.25, pp 108-140, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/56039/33851>. Acesso em: 05/05/2024.

PRIZIBISZKI, Cristiane. Marco do Licenciamento que tramita no Senado é a pior proposta em 40 anos, dizem especialistas. **O Eco**. Publicado em: 30/08/2023. Disponível em:

<<https://oeco.org.br/reportagens/marco-do-licenciamento-que-tramita-no-senado-ea-pior-proposta-em-40-anos-dizem-especialistas/>>. Acesso em: 04/07/2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. APAGAMENTO, NEGACIONISMO, NECROPOLÍTICA: SOBRE A CONTINUIDADE DA EMPRESA COLONIAL. **Revista Histórias Públicas**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 18–44, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/historiaspublicas/article/view/6941>. Acesso em: 3/07/2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro**. sem local, 2015, Disponível em: <https://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADdio_com_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro?auto=download>. Acesso em: 28/04/2024.

ZIERLER, David. **The Invention of Ecocide: agent orange, vietnam, and the scientists who changed the way we think about the environment**. Athens, Georgia: University Of Georgia Press, 2011. E-book. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/j.ctt46n5dg>>. Acesso em: 15/06/2024.